

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – PRESIDENTE: Dep. Henrique Pires

DATA: 11/03/2025

HORA: 9:30h

LOCAL: PLENARINHO PRADO JÚNIOR

SECRETÁRIA: Marcella Lima

1) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 09/25 – MENSAGEM Nº 21 – Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder a cessão de uso de imóvel, a título gratuito, pertencente ao patrimônio público estadual para a Associação dos Veteranos e Reservistas do Exército Brasileiro - PI, na forma e pelo prazo que especifica.

RELATOR: Dep. Gessivaldo Isaías

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Infraestrutura, Política Social e Turismo)

2) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 24/25 – DEP. FABIO NOVO - Reconhece de Utilidade Pública a Federação Piauiense de Voleibol - FPV.

RELATOR: Dep. Gessivaldo Isaías

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)

3) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 27/25 – DEP. 27/25 – DEP. ANA PAULA - Dispõe sobre o Reconhecimento de Utilidade Pública da Associação Filantrópica Monte Moriá e dá outras providências.

RELATOR: Dep. Gessivaldo Isaías

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)

4) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA COMPLEMENTAR Nº 05/25 – MENSAGEM Nº 06 - Altera a Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Administração e Política Social)

5) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/25 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - Altera a Lei nº 59, de 30 de novembro de 2005, que institui a organização da Defensoria Pública do Estado do Piauí, disciplina a carreira de Defensor Público, estabelece o regime jurídico de seus membros e dá outras providências.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Administração e Política Social)

6) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 224/24 – DEP. FLÁVIO NOGUEIRA - Obriga as operadoras de planos privados de assistência à saúde a fornecer aos beneficiários resposta por escrito, em prazo determinado, às solicitações de autorização de procedimento, bem como informações sobre cancelamento.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Saúde, Educação e Cultura)

7) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/24 – DEP. CARLOS AUGUSTO - Dispõe sobre Título de Cidadão Honorário Piauiense ao Senhor Emanoel da Silva Bezerra.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)

8) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114/24 – DEP. CARLOS AUGUSTO - Dispõe sobre Título de Cidadã Honorária Piauiense à Senhora Lidya Tolstenko Nogueira.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)

9) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 06/25 – DEP. HELIO ISAÍAS - Obriga os estabelecimentos que comercializam produtos agropecuários a informar a relação dos consumidores adquirentes de produtos agropecuários de uso controlado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e dá outras providências.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor)

10) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 17/25 – DEP. ZIZA CARVALHO - Dá o nome de Francisca Evaristo Cardoso Furtado à Rodoviária Municipal de São Miguel do Tapuio - PI.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Infraestrutura, Política Social e Turismo)

11) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 23/25 – DEP. BARBARA DO FIRMINO - Institui a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer no Estado do Piauí.

RELATOR: Dep. Rubens Vieira

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Saúde, Educação e Cultura)

12) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 11/25 – MENSAGEM Nº 23 – Aprova o Plano Estadual da Primeira Infância (PEPI), institui-o como política de Estado e obriga os municípios a elaborarem ou adequarem seus Planos Municipais da Primeira Infância (PMPI), nos termos que especifica.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Saúde, Educação e Cultura)

13) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 04/25 – MENSAGEM Nº 05 – Altera a Lei nº 7.453, de 08 de janeiro de 2021, que institui o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa e o Prêmio ALFA-10 para as escolas vinculadas ao programa, e dá outras providências.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Saúde, Educação e Cultura)

14) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/25 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO - Altera a Lei Complementar n. 266, de 20 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Organização, Divisão e Administração do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Administração e Política Social)

15) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO GOVERNO Nº 01/25 – MENSAGEM Nº 20 – Altera a Lei Complementar nº 13, de 3 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para comissão de Administração e Política Social)

16) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/25 – DEP. FABIO NOVO - Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções sociais a entidades ou instituições públicas, sem finalidade lucrativa e que mantenham em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para a Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação)

17) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 10/25 – DEP. HELIO RODRIGUES - Reconhece de utilidade pública a Associação Agropecuária para o Desenvolvimento Rural das Comunidades Cipós e Caatinga, município de Pedro II-PI.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)

18) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21/25 – DEP. SEVERO EULÁLIO - Reconhece de Utilidade Pública a entidade Sescoop/PI - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí, e dá outras providências.

RELATOR: Dep. Henrique Pires

(Após aprovado na CCJ, segue para o Plenário)